

a expropriação dos prédios designados nas plantas parcelares que com o presente decreto baixam competentemente authenticadas.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 4 de março de 1886. =  
REL. = *José Luciano de Castro*. D. do G. n.º 55, de 11 de março.

Attendendo ao que me representou a camara municipal do concelho de Santarem, pedindo que, para a construcção de dois lanços de estrada que liguem a estrada municipal de Santarem ao casal do Germano com a estrada districtal n.º 75 e com a estrada real de Evora a Peniche, e ainda para alargamento e regularisação do campo de Sá da Bandeira, seja declarada de utilidade publica a expropriação de 2:308<sup>m</sup>2,80 de terreno pertencente á cerca do convento de S. Domingos das Donas, da cidade de Santarem; e

Conformando-me com o parecer da junta consultiva de obras publicas e minas:

Hei por bem declarar de utilidade publica a expropriação do referido terreno designado a banho carmin na planta que com o presente decreto baixa competentemente authenticada.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 4 de março de 1886. =  
REL. = *José Luciano de Castro*. D. do G. n.º 55, de 11 de março.

Propondo o director das obras publicas do districto de Portalegre que, para a construcção do lanço de ligação da avenida direita da ponte sobre o Tejo nas proximidades de Villa Velha do Rodão na estrada real n.º 57, de Castello Branco a Portalegre, com o lanço da mesma estrada comprehendido entre a portella do Valle Salgado e o Tejo, seja declarada a urgencia da expropriação de duas parcelas de terreno com os n.ºs 3 a 6, situadas na freguezia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de Villa Velha do Rodão,

districto de Castello Branco, pertencentes a n.º 3 a D. Henriqueta Julia Rebello e a n.º 6 a José Ferreira Pinto; e

Considerando que esta expropriação se acha comprehendida nas disposições da lei de 17 de setembro de 1857:

Hei por bem, conformando-me com o parecer da junta consultiva de obras publicas e minas, declarar de utilidade publica e urgente, nos termos das leis de 23 de julho de 1850 e 8 de junho de 1859, a expropriação das mencionadas parcelas, marcadas nas plantas parcelares que baixam com o presente decreto assignadas pelo ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria.

O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 5 de março de 1886. =  
REL. = *Emygdio Julio Navarro*. D. do G. n.º 55, de 11 de março.

## MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

### DIRECÇÃO GERAL DE OBRAS PUBLICAS E MINAS

#### REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS

Attendendo ao que me representou a camara municipal do concelho da Feira, districto de Aveiro, e havendo-se aberto o inquerito e instaurado o processo indicados no decreto de 3 de novembro de 1882:

Hei por bem, conformando-me com o parecer da junta consultiva de obras publicas e minas, determinar que no numero das estradas municipaes de 2.ª classe do districto referido seja incluída a estrada seguinte:

Logar da Igreja de Lamas, Ponte Nova de Lamas, Povo de Paços de Brandão, logar da Igreja de Paços de Brandão.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios do reino e das obras publicas, commercio e industria, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 5 de março de 1886. = REL. = *José Luciano de Castro Pereira Côrte Real* =  
*Emygdio Julio Navarro*. D. do G. n.º 57, de 13 de março.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

### DIRECÇÃO GERAL DOS CONSULADOS E DOS NEGOCIOS COMMERCIAES

Dom Luiz, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa, senhor de Guiné e da conquista, navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem, que aos 21 de março de 1885 se concluiu e assignou em Lisboa um acto adicional á convenção de 1.º de junho de 1878 da união postal universal e um protocollo final, os quaes são do teor seguinte:

#### Acto adicional de Lisboa á convenção do 1.º de junho de 1878

Celebrada pela Allemanha, Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brazil, Bulgaria, Chili, Estados Unidos de Columbia, Republica de Costa Rica, Dinamarca e colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egipto, Equador, Hespanha e colonias hespanholas, França e colonias francezas, Gran-Bretanha e diversas colonias inglezas, Canadá, India britannica, Grecia, Guatemala, Republica de Haiti, reino de Hawai, Republica de Honduras, Italia, Japão, Republica de Liberia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Nicaragua, Paraguay, Paizes Baixos e colonias neerlandezas, Perú, Persia, Portugal e colonias portuguezas, Roumania, Russia, Salvador, Servia, reino de Sião, Suecia, e Noruega, Suissa, Turquia, Uruguay e Estados Unidos de Venezuela.

Os abaixo assignados, plenipotenciarios dos governos dos paizes acima indicados, reunidos no congresso de Lisboa,

#### Acte additionnel de Lisbonne à la convention du 1<sup>er</sup> juin 1878

Conclu entre l'Allemagne, les Etats-Unis d'Amérique, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, les Etats-Unis de Colombie, la République de Costa Rica, le Danemark et les colonies danoises, la République Dominicaine, l'Égypte, l'Équateur, l'Espagne et les colonies espagnoles, la France et les colonies françaises, la Grande-Bretagne et diverses colonies anglaises, le Canada, l'Inde britannique, la Grèce, le Guatemala, la République de Haïti, le Royaume de Hawai, la République de Honduras, l'Italie, le Japon, la République de Libéria, le Luxembourg, le Mexique, le Monténégro, le Nicaragua, le Paraguay, les Pays-Bas et les colonies néerlandaises, le Pérou, la Perse, le Portugal, les colonies portugaises, la Roumanie, la Russie, le Salvador, la Serbie, le royaume de Siam, la Suède et Norvège, la Suisse, la Turquie, l'Uruguay et les Etats-Unis de Vénézuéla.

Les soussignés, plenipotenciaires des gouvernements des pays ci-dessus désignés, réunis en congrès à Lisbonne, en

em virtude do artigo 19.º da convenção de Paris do 1.º de junho de 1878, estipularam de *commun accord*, e sob reserva de ratificação, o acto adicional seguinte:

Artigo 1.º A convenção do 1.º de junho de 1878 fica modificada da maneira seguinte:

I. O artigo 2.º terá de ora em diante a seguinte redacção:

Art. 2.º As disposições d'esta convenção comprehendem as cartas, os bilhetes postaes simples e com resposta paga, os impressos de qualquer natureza, os manuscritos e as amostras de fazendas originarias de um dos paizes da União com destino a um outro dos mesmos paizes. Applicam-se igualmente aquellas disposições, pelo que respeita ao percurso dentro da area da União, á permutação postal dos referidos objectos entre os paizes da União e os que lhe são estranhos sempre que n'essa permutação tomem parte, pelo menos duas das partes contractantes.

Os paizes contractantes não são obrigados a emittir bilhetes postaes com resposta paga, mas assumem, todavia, a obrigação de reexpedir as respostas dos bilhetes d'esta natureza que recebam dos outros paizes da União.

II. O artigo 4.º fica modificado da maneira seguinte:

O 8.º paragrapho é substituido pela seguinte disposição:

2.º Que em todos os paizes onde os preços do transporte marítimo estão actualmente fixados em 5 francos por kilogramma de cartas ou de bilhetes postaes, e em 50 centimos por kilogramma de outros objectos, se mantenham esses preços.

O 13.º paragrapho fica modificado do modo seguinte:

A conta geral d'essas despezas faz-se tomando por base os dados estatísticos colligidos de tres em tres annos, durante um periodo de vinte e oito dias, que será determinado no regulamento de execução previsto pelo artigo 14.º adiante mencionado.

O 14.º paragrapho é substituido pela disposição seguinte:

Ficam exceptuados de qualquer despeza de transitio territorial ou marítimo, a correspondencia que as administrações postaes trocam entre si, as respostas dos bilhetes postaes com resposta paga reexpedidas para o paiz de origem, os objectos reenviados ou mal dirigidos, os refugos, os avisos de recepção, os vales de correio ou avisos de emissão de vales, e todos os outros documentos relativos ao serviço postal.

III. O artigo 5.º soffre a seguinte modificação:

O 3.º paragrapho mencionará de ora em diante:

2.º Pelos bilhetes postaes 10 centimos por bilhetes simples ou por cada uma das duas partes dos bilhetes postaes com resposta paga.

A segunda phrase do 7.º paragrapho que principia pelas palavras «Como medida de transição» é supprimida.

O 14.º paragrapho ficará assim redigido:

4.º Finalmente, os maços de manuscritos ou de impressos de qualquer natureza, cujo peso exceda 2 kilogrammas, ou que apresentem em algum dos lados dimensão superior a 45 centimos.

IV. Entre os artigos 5.º e 6.º é intercalado um novo artigo concebido nos seguintes termos:

Art. 5.º *bis* O remetente de qualquer objecto de correspondencia tem o direito de o retirar ou modificar-lhe o endereço, emquanto esse objecto não for entregue ao destinatario.

Para esse fim deverá fazer-se uma requisição que será transmittida pela via postal ou telegraphica, ficando as despezas d'essa transmissão a cargo do remetente, que terá a satisfazer:

1.º Pelas requisições feitas pela via postal, a taxa applicavel a uma carta simples registada;

2.º Pelas requisições feitas pela via telegraphica, a taxa correspondente ao telegramma, segundo a tabella ordinaria.

vertu de l'article 19 de la convention conclue à Paris le 1<sup>er</sup> juin 1878, ont, d'un commun accord, et sous réserve de ratification, arrêté l'acte additionnel suivant:

Article 1<sup>er</sup> La convention du 1<sup>er</sup> juin 1878 est modifiée comme suit:

I. L'article 2 portera dorénavant la rédaction suivante:

Art. 2. Les dispositions de cette convention s'étendent aux lettres, aux cartes postales simples et avec réponse payée, aux imprimés de toute nature, aux papiers d'affaires et aux échantillons de marchandises, originaires de l'un des pays de l'Union et à destination d'un autre de ces pays. Elles s'appliquent également, quant au parcours dans le ressort de l'Union, à l'échange postal des objets ci-dessus entre les pays de l'Union et entre les pays étrangers à l'Union, toutes les fois que cette échange emprunte les services de deux des parties contractantes, au moins.

Tous les pays contractants ne sont pas tenus d'émettre des cartes avec réponse payée, mais ils assument l'obligation de renvoyer les cartes-réponse reçues des autres pays de l'Union.

II. L'article 4 est modifié comme suit:

L'alinéa 8 est remplacé par la disposition ci-après:

2<sup>o</sup> Que, partout où les frais de transit maritime sont fixés actuellement à 5 francs par kilogramme de lettres ou de cartes postales, et à 50 centimes par kilogramme d'autres objets, ces prix sont maintenus.

L'alinéa 13 est modifié comme suit:

Le décompte général de ces frais a lieu sur la base de relevés établis tous les trois ans, pendant une période de 28 jours à déterminer dans le règlement d'exécution prévu par l'article 14 ci-après.

Le 14<sup>o</sup> alinéa est remplacé par la disposition suivante:

Sont exempts de tous frais de transit territorial ou maritime, la correspondance des administrations postales entre elles, les cartes postales-réponse renvoyées aux pays d'origine, les objets réexpédiés ou mal dirigés, les rebuts, les avis de réception, les mandats de poste ou avis d'émission de mandats, et toutes autres documents relatifs au service postal.

III. L'article 5 est modifié comme suit:

Le 3<sup>e</sup> alinéa portera dorénavant:

2<sup>o</sup> Pour les cartes postales, à 10 centimes pour la carte simple ou pour aucune des deux parties de la carte avec réponse payée.

La 2<sup>e</sup> phrase du 7<sup>e</sup> alinéa commençant par les mots: «Par mesure de transition» est supprimée.

Le 14<sup>e</sup> alinéa portera dorénavant:

4<sup>o</sup> Enfin, aux paquets de papiers d'affaires et d'imprimés de toute nature dont le poids dépasse 2 kilogrammes ou qui présentent sur l'un des côtés une dimension supérieure à 45 centimètres.

IV. Il est intercalé entre les articles 5 et 6 un nouvel article ainsi conçu:

Art. 5 *bis* L'expéditeur d'un objet de correspondance peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse, tant que cet objet n'a pas été livré au destinataire.

La demande à formuler à cet effet est transmise par voie postale ou par voie télégraphique aux frais de l'expéditeur, qui doit payer, savoir:

1<sup>o</sup> Pour toute demande par voie postale, la taxe applicable à une lettre simple recommandée;

2<sup>o</sup> Pour toute demande par voie télégraphique, la taxe du télégramme d'après le tarif ordinaire.

As disposições do presente artigo não são obrigatorias para os paizes cujas legislações não permitem aos remetentes de correspondencias que possam d'ellas dispor depois de haverem sido expedidas para o seu destino.

V. São supprimidos os ultimos cinco paragraphos do artigo 6.º, dos quaes o primeiro começa pelas palavras «No caso de perda de um objecto registado»; e em seguida ao mesmo artigo acrescenta-se um outro assim concebido:

Art. 6.º *bis* No caso de perda de um objecto registado, e salvo caso de força maior, o remetente, ou, a seu pedido, o destinatario tem direito a uma indemnisação de 50 francos.

Incumbe á administração que superintende na repartição expedidora o dever de pagar aquella indemnisação, podendo, todavia, recorrer para a administração responsavel, isto é para a administração, no territorio ou no serviço do qual a perda se verificou.

Emquanto se não obtiver prova em contrario, a responsabilidade pertence á administração que, não tendo impugnado a recepção do objecto registado, não póde provar a entrega ao destinatario, nem a sua regular transmissão, se a houve, á administração correspondente.

O pagamento da indemnisação pela administração expedidora deve ser effectuado no mais curto praso possivel, e o mais tardar dentro de um anno, a contar do dia da reclamação. A administração responsavel é obrigada a reembolsar sem demora a administração expedidora da importancia de indemnisação paga por esta ultima.

Fica entendido que a reclamação da indemnisação só é admittida dentro do praso de um anno, a contar da data em que o objecto registado foi entregue no correio; passado este praso o reclamante não tem direito a indemnisação alguma.

Se a perda de um objecto registado se verificar durante o percurso entre as repartições de troca de malas de dois paizes limitrophes, sem que se possa determinar em qual dos dois territorios ella se realisou, a respectiva indemnisação é paga ao meio pelas duas administrações correspondentes.

A responsabilidade das administrações pelos objectos registados cessa logo que as pessoas auctorizadas para os receber tenham tomado entrega d'elles e passado os competentes recibos.

Como medida de transição é permittido ás administrações dos paizes situados fóra da Europa, cuja legislação é actualmente contraria ao principio da responsabilidade, adiar a execução da clausula precedente até ao dia em que hajam alcançado do competente poder legislativo a auctorisação de adherir a ella. Até então as outras administrações da União não são obrigadas a pagar indemnisação alguma pela perda, nos seus respectivos serviços, de objectos registados provenientes dos ditos paizes ou a elles destinados.

VI. Entre os artigos 9.º e 10.º é intercalado um novo artigo assim concebido:

Art. 9.º *bis* As correspondencias de qualquer natureza são, a pedido dos remetentes, entregues por um portador especial, e tão depressa cheguem ao seu destino, nos domicilios dos destinatarios; isto em todos os paizes da União que resolvam encarregar-se d'este serviço nas suas relações reciprocas.

Estas remessas, que se denominam «expressos», estão sujeitas a uma taxa especial de entrega no domicilio, taxa que é fixada em 30 centimos, e que deve ser paga adiantadamente, e por inteiro, pelo remetente, alem do porte ordinario. A referida taxa reverte a favor da administração do paiz de origem.

Se as correspondencias forem destinadas a uma localidade em que não exista repartição postal, a administração dos correios destinataria póde cobrar uma taxa complementar até á importancia do preço fixado para a entrega por expresso no seu serviço interno, depois de feita a de-

Les dispositions du présent article ne sont pas obligatoires pour les pays dont la législation ne permet pas à l'expéditeur de disposer d'un envoi en cours de transport.

V. Les cinq derniers alinéas de l'article 6, depuis les mots: «En cas de perte d'un envoi recommandé» etc., sont supprimés, et il est ajouté, à la suite du même article, un nouvel article portant:

Art. 6 *bis*. En cas de perte d'un envoi recommandé et sauf le cas de force majeure, l'expéditeur ou, sur sa demande, le destinataire a droit à une indemnité de 50 francs.

L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'administration dont relève le bureau expéditeur. Est réservé à cette administration le recours contre l'administration responsable, c'est-à-dire contre l'administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte a eu lieu.

Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'administration suivante.

Le payement de l'indemnité par l'office expéditeur doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai d'un an à partir du jour de la réclamation. L'office responsable est tenu de rembourser sans retard, à l'office expéditeur, le montant de l'indemnité payée par celui-ci.

Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an, à partir du dépôt à la poste de l'envoi recommandé; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

Si la perte a eu lieu en cours de transport entre les bureaux d'échange de deux pays limitrophes, sans qu'il soit possible d'établir sur lequel des deux territoires le fait s'est accompli, les deux administrations en cause supportent le dommage par moitié.

Les administrations cessent d'être responsables des envois recommandés dont les ayants droit ont donné reçu et pris livraison.

Par mesure de transition, il est permis aux administrations des pays hors d'Europe, dont la législation est actuellement contraire au principe de la responsabilité, d'ajourner l'application de la clause qui précède jusqu'au jour où elles auront pu obtenir, du pouvoir législatif, l'autorisation d'y souscrire. Jusqu'à ce moment, les autres administrations de l'Union ne sont pas astreintes à payer une indemnité pour la perte, dans leurs services respectifs, d'envois recommandés à destination ou provenant des dits pays.

VI. Il est intercalé entre les articles 9 et 10 un nouvel article ainsi conçu:

Art. 9.º *bis* Les objets de correspondance de toute nature sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après l'arrivée, dans les pays de l'Union qui consentent à se charger de ce service dans leurs relations réciproques.

Ces envois, qui sont qualifiés «express», sont soumis à une taxe spéciale de remise à domicile; cette taxe est fixée à 30 centimes et doit être acquittée complètement et à l'avance, par l'expéditeur, en sus du port ordinaire. Elle est acquise à l'administration du pays d'origine.

Lorsque l'objet est destiné à une localité où il n'existe pas de bureau de poste, l'administration des postes destinataires peut percevoir une taxe complémentaire, jusqu'à concurrence du prix fixé pour la remise par express dans son service interne, déduction faite de la taxe fixe payée

dução da taxa fixa paga pelo remetente, ou da sua equivalencia na moeda do paiz que recebe a referida taxa complementar.

As correspondencias a entregar por expresso, que não estejam completamente franqueadas pela importancia total das taxas a pagar adiantadamente, distribuem-se pelos meios ordinarios.

VII. O artigo 10.º terá a redacção seguinte:

Art. 10.º Não se recebe supplemento algum de taxa pela reexpedição de correspondencias no interior da União.

As correspondencias caídas em refugio não permitem a restituição dos direitos de transito que pertençam ás administrações intermediarias pelo anterior transporte das mesmas correspondencias.

VIII. Os tres primeiros paragraphos do artigo 11.º são eliminados e substituidos pelas disposições seguintes:

É prohibido ao publico expedir por via do correio:

1.º Cartas ou maços contendo dinheiro em metal;

2.º Quaesquer volumes contendo objectos sujeitos a direitos de alfandega;

3.º Objectos de ouro ou prata, joias e outros objectos preciosos, sómente no caso em que a inclusão ou expedição dos mesmos objectos seja prohibida pela legislação dos paizes interessados.

IX. O artigo 13.º é modificado da fórma seguinte:

Art. 13.º O serviço de cartas com valores declarados, de vales de correio, de encomendas postaes, de cobrança de valores, de livretos de identidade, constituem assumptos de accordos particulares entre os diversos paizes ou grupos de paizes da União.

X. O final do ultimo paragrapho do artigo 14.º, a contar das palavras «para as condições da entrega de cartas por expresso», etc., é supprimido, ficando este paragrapho redigido d'ora em diante da seguinte fórma:

É, comtudo, permittido ás administrações interessadas entenderem-se mutuamente para a adopção de portes reduzidos n'um raio de 30 kilometros.

XI. O primeiro paragrapho do artigo 15.º fica redigido do modo seguinte:

A presente convenção não altera em cousa alguma a legislação de cada paiz na parte a que se não referirem as estipulações n'ella contidas.

XII. O artigo 17.º é modificado da seguinte fórma:

Art. 17.º No caso de desacordo entre dois ou mais membros da União, relativamente á interpretação da presente convenção ou á responsabilidade de uma administração no caso de perda de um objecto registado, será regulada a questão pendente por um julgamento arbitral.

Para esse fim, cada uma dos administrações litigantes escolhe um outro membro da União que não esteja directamente interessado no negocio.

O arbitramento é resolvido por maioria absoluta de votos.

No caso de empate de votos deverão os arbitros escolher uma outra administração igualmente desinteressada no litigio, a cargo da qual ficará a decisão final da questão.

As disposições do presente artigo são igualmente applicaveis a todos os accordos celebrados em virtude do artigo 13.º da convenção do 1.º de junho de 1878, modificado pelo artigo 1.º n.º IX do presente acto adicional.

XIII. Os segundo e terceiro paragraphos do artigo 20.º mencionarão d'ora em diante:

1.º A unanimidade dos votos, quando se tratar de modificar as disposições do presente artigo e dos artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 5.º bis, 6.º e 6.º bis, 9.º e 9.º bis precedentes;

2.º Dois terços dos votos se se tratar de modificar as disposições da convenção que não sejam as estipuladas nos artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 5.º bis, 6.º, 6.º bis, 9.º, 9.º bis e 20.º

par l'expéditeur, ou de son équivalent dans la monnaie du pays qui perçoit ce complément.

Les objets exprès non complètement affranchis pour le montant total des taxes payables à l'avance sont distribués par les moyens ordinaires.

VII. L'article 10 portera dorénavant la rédaction suivante:

Article 10. Il n'est perçu aucun supplément de taxe pour la réexpédition d'envois postaux dans l'intérieur de l'Union.

Les correspondances tombées en rebut ne donnent pas lieu à restitution des droits de transit revenant aux administrations intermédiaires, pour le transport intérieur des dites correspondances.

VIII. Les trois premiers alinéas de l'article 11 sont supprimés et remplacés par les disposition suivantes:

Il est interdit au public d'expédier par la voie de poste:

1.º Des lettres ou paquets contenant des pièces de monnaie;

2.º Des envois quelconques contenant des objets passibles de droits de douane;

3.º Des matières d'or ou d'argent, des pierreries, des bijoux ou autres objets précieux, mais seulement dans le cas où leur insertion ou expédition serait défendue d'après la législation des pays intéressés.

IX. L'article 13 est modifié comme suit:

Article 13 Le service des lettres avec valeurs déclarées, et ceux des mandats de poste, de colis postaux, des valeurs à recouvrer, des livrets d'identité, etc., font l'objet d'arrangements particuliers entre les divers pays ou groupes de pays de l'Union.

X. La finale du dernier alinéa de l'article 14 à partir des mots: «pour les conditions de la remise des lettres par exprès», etc., est supprimée et cet alinéa portera dorénavant:

Il est toutefois permis aux administrations intéressées de s'entendre mutuellement pour l'adoption de taxes réduites dans un rayon de 30 kilomètres.

XI. Le 1.º alinéa de l'article 15 reçoit la rédaction suivante:

La présente convention ne porte point altération à la législation de chaque pays dans tout ce qui n'est pas prévu par les stipulations contenues dans cette convention.

XII. L'article 17 est modifié comme suit:

Article 17. En cas de dissentiment entre deux ou plusieurs membres de l'Union, relativement à l'interprétation de la présente convention ou à la responsabilité d'une administration en cas de perte d'un envoi recommandé, la question en litige est réglée par jugement arbitral.

A cet effet, chacune des administrations en cause choisit un autre membre de l'Union qui n'est pas directement intéressé dans l'affaire.

La décision des arbitres est donnée à la majorité absolue des voix.

En cas de partage des voix, les arbitres choisissent, pour trancher le différend, une autre administration également désintéressée dans le litige.

Les dispositions du présent article s'appliquent également à tous les arrangements conclus en vertu de l'article 13 de la convention du 1.º juin 1878, modifié par l'article 1.º, chiffre IX, du présent acte additionnel.

XIII. Le 2.º et 3.º alinéas de l'article 20 porteront dorénavant:

1.º L'unanimité des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions du présent article et des articles 2, 3, 4, 5, 5 bis, 6, 6 bis, 9 et 9 bis précédents;

2.º Les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de la convention, outre que celles des articles 2, 3, 4, 5, 5 bis, 6, 6 bis, 9, 9 bis et 20.

Artigo 2.º 1. O presente acto adicional começará a vigorar no 1.º de abril de 1886 e terá a mesma duração que a convenção celebrada em Paris no 1.º de junho de 1878.

2. O referido acto será ratificado logo que seja possível, e os respectivos actos de ratificação serão trocados em Lisboa.

Em firmeza do que, os plenipotenciarios dos paizes acima mencionados assignaram o presente acto adicional em Lisboa, no dia 21 de março de 1885.

Por Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros*—*Ernesto Madeira Pinto*—Pelas colonias portuguezas, *Guilhermino Augusto de Barros*—Pela Allemanha, *Sachse*—*Fritsch*—Pelos Estados Unidos da America, *William T. Otto*—*Jas. S. Crawford*—Pela Republica Argentina, *F. P. Hansen*—Pela Austria, *Dewez*—*Vargès*—Pela Hungria, *Gervay*—Pela Belgica, *F. Gife*—Pela Bolivia, *Joaquim Caso*—Pelo Brazil, *Luiz C. P. Guimarães*—Pela Bulgaria, *R. Ivanoff*—Pelo Chili, *M. Martinez*—Pelos Estados Unidos da Columbia, *Cesar Conto*—Pela Republica da Costa Rica. . .—Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas, *Lund*—Pela Republica Dominicana, *P. Gomes da Silva*—Pelo Egypto, *W. F. Halton*—Pelo Equador, *Antonio Flores*—Pela Hespanha e colonias hespanholas, *S. Alvarez Bugallal*—*A. Herce*—Pela França, *Laboulaye*—*A. Besnier*—Pelas colonias francezas, *Laboulaye*—Pela Gran-Bretanha e diversas colonias inglezas, *S. A. Blackwood*—*H. Buxton Forman*—Pelo Canadá, *S. A. Blackwood*—*H. Buxton Forman*—Pela India britannica, *H. E. M. James*—Pela Grecia, *Eugène Borel*—Pela Guatemala, *J. Carrera*—Pela Republica de Haiti, *Laboulaye*—*Ansault*—Pelo reino de Hawai, *Eugène Borel*—Pela Republica de Honduras, *J. Carrera*—Pela Italia, *J. B. Tantesio*—Pelo Japão, *Yasuhis Nomura*—Pela Republica de Liberia, *Comte Semmarti*—Pelo Luxemburgo, *Ch. Rischard*—Pelo Mexico, *L. Breton y Vedra*—Pelo Montenegro, *Dewez*—*Vargès*—Por Nicaragua, *Manuel J. Alves Diniz*—Pelo Paraguay, *F. A. Rebello*—Pelos Paizes Baixos e colonias neerlandezas, *Hofstede*—*B. Sweerts de Landas Wyborgh*—Pelo Perú, . . .—Pela Persia, *N. Semino*—Pela Romania, *Jon Ghika*—Pela Russia, *N. de Besack*—*Georges de Poggenpohl*—Pelo Salvador, . . .—Pela Servia, . . .—Pelo reino de Sião, *Prisdang*—Pela Suecia, *W. Roos*—Pela Noruega, *Harald Asche*—Pela Suissa, *Ed. Höhn*—Pela Turquia, . . .—Pelo Uruguay, *Enrique Kubly*—Por Venezuela, *J. L. Pereira Crespo*.

#### Protocollo final

No momento de se proceder á assignatura das convenções estipuladas pelo congresso postal universal de Lisboa, os plenipotenciarios abaixo assignados convieram no seguinte:

I. O Perú, o Salvador, a Servia e a Turquia, que fazem parte da União postal, não se tendo feito representar no congresso, o protocollo fica-lhes aberto para poderem adherir ás convenções que ahí foram celebradas, ou sómente a uma ou outra d'entre ellas. Da mesma fórma com respeito á Republica da Costa Rica, cujo representante não assiste á sessão, na qual estes actos serão assignados.

II. As colonias britannicas da Australia e as colonias britannicas do Cabo e do Natal serão admitidas a adherir a estas convenções, ou a uma ou outra d'entre ellas, e o protocollo fica-lhes para esse effeito aberto.

III. O protocollo está aberto a favor dos paizes cujos representantes só assignaram a convenção principal, ou apenas uma parte das convenções estipuladas pelo congresso, com o fim de lhes permittir a adhesão ás outras convenções assignadas hoje, ou a uma ou outra d'entre ellas.

Article 2.—1. Le présent acte additionnel entrera en vigueur le 1<sup>er</sup> avril 1886 et aura la même durée que la convention conclue à Paris le 1<sup>er</sup> juin 1878.

2.º Il sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Lisbonne.

En foi de quoi, les plenipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent acte additionnel à Lisbonne, le 21 mars 1885.

Pour le Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros*—*Ernesto Madeira Pinto*—Pour les colonies portugaises, *Guilhermino Augusto de Barros*—Pour l'Allemagne, *Sachse*—*Fritsch*—Pour les Etats-Unis d'Amérique, *William T. Otto*—*Jas. S. Crawford*—Pour la République Argentine, *F. P. Hansen*—Pour l'Autriche, *Dewez*—*Vargès*—Pour la Hongrie, *Gervay*—Pour la Belgique, *F. Gife*—Pour la Bolivie, *Joaquim Caso*—Pour le Brésil, *Luiz C. P. Guimarães*—Pour la Bulgarie, *R. Ivanoff*—Pour le Chili, *M. Martinez*—Pour les Etats-Unis de Colombie, *César Conto*—Pour la République de Costa Rica, . . .—Pour le Danemark et les colonies danoises, *Lund*—Pour la République Dominicaine, *P. Gomes da Silva*—Pour l'Égypte, *W. F. Halton*—Pour l'Équateur, *Antonio Flores*—Pour l'Espagne et les colonies espagnoles, *S. Alvarez Bugallal*—*A. Herce*—Pour la France, *Laboulaye*—*A. Besnier*—Pour les colonies françaises, *Laboulaye*—Pour la Grande-Bretagne et les colonies anglaises, *S. A. Blackwood*—*H. Buxton Forman*—Pour le Canada, *S. A. Blackwood*—*H. Buxton Forman*—Pour l'Inde britannique, *H. E. M. James*—Pour la Grèce, *Eugène Borel*—Pour le Guatemala, *J. Carrera*—Pour la République de Haïti, *Laboulaye*—*Ansault*—Pour le Royaume de Hawai, *Eugène Borel*—Pour la République de Honduras, *J. Carrera*—Pour l'Italie, *J. B. Tantesio*—Pour le Japon, *Yasushi Nomura*—Pour la République de Libéria, *Comte Semmarti*—Pour le Luxembourg, *Ch. Rischard*—Pour le Mexique, *L. Breton y Vedra*—Pour le Montenegro, *Dewez*—*Vargès*—Pour le Nicaragua, *Manuel J. Alves Diniz*—Pour le Paraguay, *F. A. Rebello*—Pour les Pays-Bas et les colonies néerlandaises, *Hofstede*—*B. Sweerts de Landas Wyborgh*—Pour le Pérou, . . .—Pour la Perse, *N. Semino*—Pour la Roumanie, *Jon Ghika*—Pour la Russie, *N. de Besack*—*Georges de Poggenpohl*—Pour le Salvador, . . .—Pour la Serbie, . . .—Pour le Royaume de Siam, *Prisdang*—Pour la Suède, *W. Roos*—Pour la Norvège, *Harald Asche*—Pour la Suisse, *Ed. Höhn*—Pour la Turquia, . . .—Pour l'Uruguay, *Enrique Kubly*—Pour le Venezuela, *J. L. Pereira Crespo*.

#### Protocole final

Au moment de procéder à la signature des conventions arrêtées par le congrès postal universel de Lisbonne, les plenipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I. Le Pérou, le Salvador, la Serbie et la Turquie, qui font partie de l'Union postale, ne s'étant pas fait représenter au congrès, le protocole leur reste ouvert pour adhérer aux conventions qui y ont été conclues ou seulement à l'une ou l'autre d'entr'elles. Il en est de même à l'égard de la République de Costa Rica, dont le représentant n'assiste pas à la séance dans laquelle ces actes seront signés.

II. Les colonies britanniques de l'Australie et les colonies britanniques du Cap et de Natal seront admises à adhérer à ces conventions, ou à l'une ou l'autre d'entr'elles, et le protocole leur reste ouvert à cet effet.

III. Le protocole demeure ouvert en faveur des pays dont les représentants n'ont signé aujourd'hui que la convention principale, ou un certain nombre seulement des conventions arrêtées par le congrès, à l'effet de leur permettre d'adhérer aux autres conventions signées ce jour, ou à l'une ou l'autre d'entr'elles.

IV. As adhesões previstas nos artigos I, II e III antecedentes deverão ser notificadas ao governo portuguez, pelos respectivos governos, em fórma diplomatica. O prazo que lhes é concedido para esta notificação terminará no 1.º de fevereiro de 1886.

V. Os representantes dos paizes que não adheriram até ao presente a uma ou outra das seguintes convenções; a saber: Convenção do 1.º de junho de 1878;

Accordo, com data do 1.º de junho de 1878, relativo á permutação de cartas com valor declarado;

Accordo de 4 de junho de 1878, relativo á permutação de vales do correio;

Convenção de 3 de novembro de 1880, relativa á permutação de encomendas postaes sem declaração de valor;

Tendo sido admittidos a tomar parte nos actos addicionaes, modificando e completando as convenções e accordos, a sua assignatura em um ou outro d'estes actos addicionaes implica de sua parte, sob reserva de ratificação, adhesão, em nome do seu paiz, á convenção ou ao accordo ao qual este acto adicional se refere, a contar da data em que este ultimo começar a ter vigor.

VI. Dado o caso que uma ou mais partes contratantes das convenções postaes assignadas hoje em Lisboa, não ratifique uma ou outra d'estes convenções, esta convenção não terá menos validade para os estados que a tenham ratificado.

Em firmeza do que os plenipotenciarios abaixo indicados lavraram o presente protocollo final, que terá a mesma força e o mesmo valor que se as disposições n'elle contidas estivessem incluídas nas proprias convenções, ás quaes se refere, e o assignaram em um exemplar, que ficará depositado nos archivos do governo portuguez, e do qual será entregue uma copia a cada uma das partes.

Lisboa, 21 de março de 1885.

Por Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros*—*Ernesto Madeira Pinto*—Pelas colonias portuguezas, *Guilhermino Augusto de Barros*—Pela Allemanha, *Sachse*—*Fritsch*—Pelos Estados Unidos da America, *William T. Otto*—*Jas S. Crawford*—Pela Republica Argentina, *F. P. Hansen*—Pela Austria, *Devez*—*Varges*—Pela Hungria, *Gervay*—Pela Belgica, *F. Gife*—Pela Bolivia, *Joaquim Caso*—Pelo Brazil, *Luiz C. P. Guimarães*—Pela Bulgaria, *R. Ivanoff*—Pelo Chili, *M. Martinez*—Pelos Estados Unidos da Colombia, *Cesar Conto*—Pela Republica de Costa Rica, ...—Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas, *Lund*—Pela Republica Dominicana, *P. Gomes da Silva*—Pelo Egypto, *W. F. Halton*—Pelo Equador, *Antonio Flores*—Pela Hespanha e colonias hespanholas, *S. Alvarez Bugallal*—*A. Herce*—Pela França, *Laboulaye*—*A. Besnier*—Pelas colonias francezas, *Laboulaye*—Pela Gran-Bretanha e diversas colonias inglezas, *S. A. Blackwood*—*H. Buxton Forman*—Pelo Canadá, *S. A. Blackwood*—*H. Buxton Forman*—Pela India Britannica, *H. E. M. James*—Pela Grecia, *Eugène Borel*—Pela Guatemala, *J. Carrera*—Pela Republica de Haiti, *Laboulaye*—*Ansault*—Pelo reino de Hawai, *Eugène Borel*—Pela Republica de Honduras, *J. Carrera*—Pela Italia, *J. B. Tantesio*—Pelo Japão, *Yasushi Nomura*—Pela Republica de Liberia, *Comte Senmarti*—Pelo Luxemburgo, *Ch. Rischarde*—Pelo Mexico, *L. Breton y Vedra*—Pelo Montenegro, *Devez*—*Varges*—Por Nicaragua, *Manuel J. Alves Diniz*—Pelo Paraguay, *F. A. Rebello*—Pelos Paizes Baixos e colonias neerlandezas, *Hofstede*—*B. Sweerts de Landas-Wyborgh*—Pelo Perú, ...—Pela Persia, *N. Semino*—Pela Romania, *Jon Ghika*—Pela Russia, *N. de Besack*—*Georges de Poggenpohl*—Pelo Salvador, ...—Pela Servia, ...—Pelo reino de Siam, *Prisdang*—Pela Suecia, *W. Roos*—Pela Noruega, *Harald Asche*—Pela Suissa, *Ed Höhn*—Pela Turquia, ...—Pelo Uruguay, *Enrique Kubly*—Pela Venezuela, *J. L. Pereira Crespo*.

IV. Les adhésions prévues aux articles I, II et III ci-dessus devront être notifiées au gouvernement portugais, par les gouvernements respectifs, en la forme diplomatique. Le délai qui leur est accordé pour cette notification expirera le 1<sup>er</sup> février 1886.

V. Les représentants des pays qui n'ont pas adhéré jusqu'ici à l'une ou l'autre des conventions ci-après, savoir:

La convention du 1<sup>er</sup> juin 1878;

L'arrangement en date du 1<sup>er</sup> juin 1878, concernant l'échange des lettres avec valeurs déclarées;

L'arrangement du 4 juin 1878, concernant l'échange des mandats de poste;

La convention du 3 novembre 1880, concernant l'échange des colis postaux sans déclaration de valeur;

Ayant été admis à participer aux actes additionnels modifiant et complétant ces conventions et arrangements, leur signature au pied de l'un ou l'autre de ces actes additionnels implique de leur part, sous réserve de ratification, adhésion, au nom de leur pays, à la convention ou à l'arrangement auquel cet acte additionnel se rapporte, et à partir de la date de l'entrée en vigueur de ce dernier.

VI. Das le cas où une ou plusieurs des parties contractantes aux conventions postales signées aujourd'hui à Lisbonne ne ratifieraient pas l'une ou l'autre de ces conventions, cette convention n'en sera pas moins valable pour les états qui l'auront ratifiée.

En foi de quoi, les plenipotenciaires ci-dessus ont dressé le présent protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ces dispositions étaient insérées dans le texte même des conventions auxquelles il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux archives du gouvernement portugais et dont une copie sera remise à chaque partie.

Lisbonne, le 21 mars 1885.

Pour le Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros*—*Ernesto Madeira Pinto*—Pour les colonias portugaises, *Guilhermino Augusto de Barros*—Pour l'Allemagne, *Sachse*—*Fritsch*—Pour les Etats-Unis d'Amérique, *William T. Otto*—*Jas. S. Crawford*—Pour la République Argentine, *F. P. Hansen*—Pour l'Autriche, *Devez*—*Varges*—Pour la Hongrie, *Gervay*—Pour la Belgique, *F. Gife*—Pour la Bolivie, *Joaquim Caso*—Pour le Brésil, *Luiz C. P. Guimarães*—Pour la Bulgarie, *R. Ivanoff*—Pour le Chili, *M. Martinez*—Pour les États-Unis de Colombie, *César Conto*—Pour la République de Costa Rica, ...—Pour le Danemark et les colonies danoises, *Lund*—Pour la République Dominicaine, *P. Gomes da Silva*—Pour l'Égypte, *W. F. Halton*—Pour l'Équateur, *Antonio Flores*—Pour l'Espagne et les colonies espagnoles, *S. Alvarez Bugallal*—*A. Herce*—Pour la France, *Laboulaye*—*A. Besnier*—Pour les colonies françaises, *Laboulaye*—Pour la Grande Bretagne et les colonies anglaises, *S. A. Blackwood*—*H. Buxton Forman*—Pour le Canada, *S. A. Blackwood*—*H. Buxton Forman*—Pour l'Inde Britannique, *H. E. M. James*—Pour la Grece, *Eugène Borel*—Pour le Guatemala, *J. Carrera*—Pour la République de Haïti, *Laboulaye*—*Ansault*—Pour le royaume de Hawai, *Eugène Borel*—Pour la République de Honduras, *J. Carrera*—Pour l'Italie, *J. B. Tantesio*—Pour le Japon, *Yasushi Nomura*—Pour la République de Libéria, *Comte Senmarti*—Pour le Luxembourg, *Ch. Rischarde*—Pour le Mexique, *L. Breton y Vedra*—Pour le Monténégro, *Devez*—*Varges*—Pour le Nicaragua, *Manuel J. Alves Diniz*—Pour le Paraguay, *F. A. Rebello*—Pour les Pays-Bas et les colonies néerlandaises, *Hofstede*—*B. Sweerts de Landas-Wyborgh*—Pour le Pérou, ...—Pour la Perse, *N. Semino*—Pour la Roumanie, *Jon Ghika*—Pour la Russie, *N. de Besack*—*Georges de Poggenpohl*—Pour le Salvador, ...—Pour la Serbie, ...—Pour le royaume de Siam, *Prisdang*—Pour la Suède, *W. Roos*—Pour la Norvège, *Harald Asche*—Pour la Suisse, *Ed. Höhn*—Pour la Turquie, ...—Pour l'Uruguay, *Enrique Kubly*—Pour le Vénézuéla, *J. L. Pereira Crespo*.